

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	11
A EXISTÊNCIA DE TEXTOS EXCLUSIVOS NA VERSÃO ProVIEW (ELETRÔNICA)	13

CAPÍTULO 1

DEFINIÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO

1.1 A civilização e a violência	23
1.2 O Estado de Direito.....	24
1.3 O Estado Democrático de Direito.....	25
1.5 A identificação de um “direito administrativo”.....	26
1.6 Definição de direito administrativo.....	27
1.7 A avaliação crítica da definição adotada.....	28

CAPÍTULO 2

A FUNÇÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO

2.1 O conceito jurídico de “função”.....	31
2.2 O conceito jurídico de “poder”	32
2.3 A separação de poderes estatais.....	33
2.4 O conteúdo da separação de poderes	33
2.6 A concepção da tripartição de poderes.....	34
2.7 A separação de poderes no Brasil	35
2.8 A função administrativa estatal.....	37
2.9 A separação estrutural de poderes: o Poder Executivo.....	39
2.11 Função administrativa e função de governo	40
2.12 Função administrativa e atividade administrativa	40
2.13 O regime de direito administrativo e a atividade administrativa.....	41
2.14 Os tipos de função administrativa estatal.....	41

CAPÍTULO 3
REGIME JURÍDICO
DE DIREITO ADMINISTRATIVO

3.3	As espécies normativas.....	43
3.5	A questão do regime jurídico	48
3.6	Ainda a função: a situação jurídica de dever-poder.....	49
3.7	A questão do fundamento do regime de direito administrativo	50
3.8	O direito administrativo e a realização dos direitos fundamentais	58

CAPÍTULO 4
OS PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO

4.1	Os princípios constitucionais do direito administrativo	61
4.2	A importância dos princípios no direito administrativo	61
4.3	A relativa indeterminação dos princípios constitucionais.....	62
4.4	Ainda a conjugação entre princípios e regras.....	63
4.5	Os princípios gerais e aqueles referidos no art. 37.....	64
4.6	A impessoalidade	64
4.7	A moralidade.....	65
4.8	A publicidade	65
4.9	A eficiência (eficácia) administrativa	67
4.10	A legalidade e a sua relevância no direito administrativo	69
4.11	O conteúdo da disciplina legal: a discricionariedade.....	85
4.12	Ausência de homogeneidade do instituto da discricionariedade.....	91
4.13	Discricionariedade normativa (abstrata) e decisória (concreta)	94
4.14	A questão da discricionariedade técnica	95
4.15	Discricionariedade e interpretação	96
4.16	A discricionariedade e técnicas legislativas	98
4.17	A densidade normativa mínima e a estrita legalidade.....	102
4.18	A discricionariedade como instrumento de controle.....	104
4.19	O controle das decisões discricionárias: a questão do mérito	104
4.20	A rejeição à tese da sujeição especial.....	105

CAPÍTULO 5
A ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO

5.1	Estrutura administrativa do Estado.....	109
5.2	A composição subjetiva da Administração Pública.....	111
5.3	Pessoas jurídicas e órgãos	112
5.4	Órgão público	113

5.5	A desconcentração e a descentralização do poder.....	115
5.6	A sistematização das pessoas jurídicas integrantes da Administração Pública.....	119
5.7	A disciplina do Dec.-lei 200/1967.....	119
5.8	As autarquias.....	121
5.9	As fundações de direito público.....	131
5.10	Os consórcios públicos.....	132
5.11	As empresas estatais.....	136
5.12	As empresas públicas.....	150
5.13	As sociedades de economia mista.....	152
5.14	As empresas controladas.....	157
5.15	As fundações públicas.....	159
5.16	Os consórcios públicos com personalidade jurídica de direito privado.....	164
5.17	Sociedade com participação estatal minoritária.....	166
5.18	As empresas estatais de fato.....	172
5.19	As entidades paraestatais (“serviços sociais autônomos”).....	173
5.20	As organizações não governamentais: o chamado <i>terceiro setor</i>	177

CAPÍTULO 6

ATIVIDADE ADMINISTRATIVA E PROCEDIMENTALIZAÇÃO

6.1	A função administrativa sob um enfoque dinâmico.....	183
6.2	A preponderância do conceito de <i>atividade</i> sobre o conceito de <i>ato</i>	184
6.3	A classificação das atividades administrativas.....	184
6.4	A procedimentalização.....	185
6.5	A pluralidade de modalidades procedimentais.....	187
6.6	As etapas do procedimento.....	195
6.10	O processo administrativo.....	196
6.11	A questão da preclusão e da coisa julgada administrativa.....	214

CAPÍTULO 7

O ATO ADMINISTRATIVO

7.1	A definição de ato administrativo.....	219
7.2	A qualidade do sujeito produtor do ato.....	221
7.3	Os fatos e atos no direito administrativo.....	222
7.4	A ausência de vontade e o aperfeiçoamento de atos administrativos.....	224
7.5	O problema do conteúdo do ato: os chamados <i>atos materiais</i> da Administração Pública.....	229
7.6	Os atos ilícitos.....	230
7.7	Atos administrativos em sentido restrito e atos administrativos normativos.....	230
7.8	Existência, validade e eficácia dos atos jurídicos.....	231
7.9	A estrutura do ato administrativo.....	234

7.10	Classificação dos atos administrativos.....	250
7.11	Os veículos instrumentais escritos dos atos administrativos.....	253
7.12	As diversas categorias formais de atos administrativos quanto ao conteúdo.....	255
7.13	A produção dos atos administrativos.....	262
7.14	A extinção dos atos administrativos.....	263
7.15	A invalidade do ato administrativo.....	266
7.16	A revogação do ato administrativo.....	297

CAPÍTULO 8

CONTRATO ADMINISTRATIVO

8.1	Exposição do problema.....	301
8.2	O contrato administrativo em sentido amplo.....	301
8.3	Os acordos de vontade da Administração Pública.....	303
8.4	O contrato administrativo em sentido restrito.....	318
8.5	A disciplina legislativa: as normas gerais.....	327
8.6	Os contratos administrativos de colaboração.....	330
8.7	A produção do contrato administrativo em sentido restrito.....	332
8.8	Licitação.....	335
8.9	Os regimes licitatórios.....	345
8.10	O ato convocatório da licitação.....	352
8.11	Julgamento das propostas.....	356
8.12	A habilitação.....	358
8.13	Os recursos e seu julgamento.....	362
8.14	A etapa de providências complementares.....	363
8.15	Ausência de obrigatoriedade de licitação.....	367
8.16	As contratações diretas.....	368
8.17	A contratação direta por inexigibilidade de licitação.....	369
8.18	A contratação direta por dispensa de licitação.....	371
8.19	A formalização da contratação administrativa.....	372
8.20	Prazo de vigência contratual.....	375
8.21	O sistema de registro de preços.....	378
8.22	O adimplemento contratual.....	380
8.23	A alteração dos prazos contratuais originais.....	380
8.24	As alterações do contrato administrativo.....	382
8.25	A intangibilidade da equação econômico-financeira.....	386
8.26	O inadimplemento contratual.....	402
8.27	A extinção do contrato administrativo.....	405
8.28	A formalização da extinção do contrato administrativo.....	411
8.29	A repressão a condutas ilícitas do particular.....	420
8.30	As sanções administrativas ao particular.....	421

8.31	A advertência	422
8.32	A multa	423
8.33	A suspensão temporária e a declaração de inidoneidade	423
8.34	O impedimento de licitar e contratar	429
8.35	O sancionamento da Lei 12.846/2013	429
8.36	Os contratos administrativos de delegação de competências administrativas	431
8.37	Os contratos de direito privado pactuados pela Administração Pública	431

CAPÍTULO 9

TIPOS DE ATIVIDADE ADMINISTRATIVA: LIMITAÇÃO DA AUTONOMIA PRIVADA (PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA)

9.1	Definição	435
9.2	Também os direitos privados se subordinam ao princípio da proporcionalidade ...	438
9.3	A modificação do conceito e da abrangência das medidas de poder de polícia	438
9.4	A polícia administrativa e outras competências estatais	440
9.5	Serviço público e poder de polícia	443
9.6	Poder de polícia, discricionariedade e vinculação	444
9.7	A discriminação de competências federativas	447
9.8	A questão do monopólio estatal do poder de polícia	448
9.9	Os instrumentos formais de exercício do poder de polícia	453
9.10	As taxas pelo exercício do poder de polícia	453
9.11	A classificação do poder de polícia administrativa	454
9.12	A questão da vigência e eficácia das medidas de polícia	455
9.13	Poder de polícia, ilícito e sanções administrativas	457
9.14	Manifestações específicas no âmbito dos direitos reais	463
9.15	A limitação administrativa à propriedade	465
9.16	As servidões administrativas	469
9.17	O tombamento	474
9.18	A ocupação temporária de bens privados	480
9.19	Requisição de bens	483
9.20	Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios	483
9.21	Desapropriação	486

CAPÍTULO 10

TIPOS DE ATIVIDADE ADMINISTRATIVA: A REGULAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL

10.1	Definição	531
10.2	A configuração de um Estado regulador	533
10.12	As agências reguladoras independentes	535
10.13	O desempenho de atividades regulatórias setoriais	543

CAPÍTULO 11
TIPOS DE ATIVIDADE
ADMINISTRATIVA: FOMENTO

11.1	Definição.....	545
------	----------------	-----

CAPÍTULO 12
TIPOS DE ATIVIDADE ADMINISTRATIVA:
SERVIÇO PÚBLICO

12.1	Definição.....	549
12.2	A natureza institucional do serviço público.....	553
12.3	Os três aspectos do conceito de serviço público.....	553
12.4	O serviço público é uma intervenção estatal no domínio econômico.....	554
12.5	O enquadramento da atividade como um serviço público.....	559
12.6	Os serviços públicos no direito brasileiro.....	560
12.7	O regime jurídico do serviço público.....	561
12.8	A chamada crise do serviço público.....	569
12.9	A sobrevivência do serviço público.....	577
12.10	As classificações de serviço público.....	577
12.11	A delegação do serviço público.....	580
12.12	A concessão comum de serviço público.....	583
12.13	As parcerias público-privadas.....	648
12.14	Outros instrumentos de delegação do serviço público.....	658

CAPÍTULO 13
TIPOS DE ATIVIDADE ADMINISTRATIVA:
EXPLORAÇÃO DIRETA DE ATIVIDADE ECONÔMICA PELO ESTADO

13.1	Definição.....	679
13.4	Os pressupostos da atuação direta do Estado no domínio econômico.....	681

CAPÍTULO 14
ESTRUTURA ADMINISTRATIVA
DO ESTADO: OS AGENTES PÚBLICOS

14.1	Definição.....	689
14.2	A teoria do órgão.....	689
14.3	A democracia republicana: a proteção ao ocupante da função relevante.....	691
14.4	A terminologia adotada.....	693
14.5	As diversas categorias de agentes estatais.....	694
14.6	A suspensão da eficácia da alteração da redação do art. 39 da CF/1988.....	696

14.7 Os agentes estatais com vínculo jurídico de direito privado.....	698
14.8 Os agentes estatais com vínculo jurídico de direito público.....	700
14.9 Os agentes militares e os agentes civis.....	709
14.10 Os servidores públicos.....	719
14.11 Os servidores públicos estatutários.....	723
14.12 Os empregados públicos.....	878
14.13 Os empregados privados de empresas estatais.....	885
14.14 Os servidores com regime jurídico especial.....	888
14.15 A limitação da despesa com pessoal permanente.....	891
14.16 A responsabilidade administrativa.....	896
14.17 O sancionamento da improbidade administrativa.....	931
14.18 O sancionamento do abuso de autoridade.....	964

CAPÍTULO 15

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO ESTADO: OS BENS PÚBLICOS

15.1 Definição de bens públicos.....	969
15.2 A concepção norteada pelos direitos fundamentais.....	971
15.3 Os regimes jurídicos dos bens públicos.....	974
15.4 Repressão jurídica ao uso ilícito ou abusivo.....	978
15.5 As classificações dos bens públicos.....	978
15.6 Os bens de uso comum do povo.....	980
15.7 Os bens de uso especial.....	986
15.8 O instituto da afetação.....	988
15.9 Os bens dominicais.....	993
15.10 Características do regime dos bens públicos.....	996
15.11 O patrimônio das entidades administrativas de direito privado.....	998
15.12 Panorama geral dos bens públicos e sua distribuição entre os sujeitos.....	1001
15.13 O uso do bem público pelo particular.....	1001
15.14 A fruição exclusiva dos bens públicos imóveis por particulares.....	1008
15.15 O regime jurídico diferenciado para algumas categorias de bens.....	1024

CAPÍTULO 16

O CONTROLE DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA

16.4 A sistematização didática do controle.....	1061
16.5 O controle interno da atividade administrativa.....	1064
16.6 O controle externo da atividade administrativa.....	1072
16.7 O controle externo sobre a atividade administrativa do Poder Executivo.....	1079
16.8 O controle das empresas estatais federais.....	1097
16.9 O controle externo da atividade administrativa pelo Poder Judiciário.....	1099

16.10	A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI).....	1100
16.11	A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF).....	1104
16.12	O mandado de segurança individual (CF/1988, art. 5.º, LXIX).....	1109
16.13	O mandado de segurança coletivo.....	1135
16.14	A ação popular.....	1139
16.15	A ação civil pública.....	1150
16.16	A reclamação ao Supremo Tribunal Federal (ofensa a súmula vinculante).....	1162
16.17	O mandado de injunção.....	1169
16.18	O <i>habeas data</i>	1178

CAPÍTULO 17

A RESPONSABILIDADE DO ESTADO

17.1	Considerações gerais.....	1185
17.2	A responsabilidade administrativa do Estado.....	1186
17.3	A responsabilidade civil do Estado.....	1187
17.4	Os elementos configuradores da responsabilidade civil do Estado.....	1195
17.5	A antijuridicidade indispensável à responsabilização civil do Estado.....	1199
17.6	A responsabilização civil do Estado por atos não administrativos.....	1217
17.7	A assunção pelo Estado de responsabilidade civil por atos a ele estranhos.....	1222
17.8	A indenização devida.....	1223
17.9	Dever de liquidar espontaneamente a indenização.....	1228
17.10	A liquidação mediante o regime de precatórios (CF/1988, art. 100).....	1229
17.11	A execução para créditos de pequeno valor (CF/1988, art. 100, § 3.º).....	1238
17.12	A responsabilização pessoal do agente estatal.....	1240
17.13	A extinção dos direitos de ação por prescrição.....	1242

CAPÍTULO 18

O DECURSO DO TEMPO E A CONSOLIDAÇÃO DE SITUAÇÕES

18.1	Considerações gerais.....	1243
18.2	Decurso do tempo e os diversos âmbitos jurídicos.....	1248
18.3	Extinção do direito subjetivo e extinção do direito de ação.....	1248
18.4	A extinção derivada do decurso do tempo.....	1251
18.5	A chamada prescrição administrativa.....	1254
18.6	A extinção de direitos e poderes da Administração Pública.....	1255
18.7	A extinção de direitos e poderes do particular.....	1267
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	1273
	ÍNDICE DE ASSUNTOS.....	1297
	ÍNDICE DE LEGISLAÇÃO.....	1315